

RESENHA

**SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA:
UM CONVITE AO DEBATE.**

Cristina Bezerra*

A publicação do livro “Sociedade civil e democracia; um debate necessário”, de Maria Lúcia Duriguetto representa, no contexto contemporâneo, um importante “acerto de contas” com os termos que compõem o título do trabalho. Numa perspectiva crítica e totalizante, que perpassa toda a obra, a autora responde perfeitamente ao desafio proposto por um de seus principais autores.

O fundamento de toda atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as diferenças por baixo de toda superficial e aparente uniformidade, bem como a unidade essencial por baixo de qualquer aparente e superficial contraste e diferenciação.”(GRAMSCI, 1978, p. 36)

Produto da tese de doutorado defendida em 2003, nos marcos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, o livro se propõe, partindo da recuperação da diversidade de acepções dos termos “sociedade civil” e “democracia” no interior das tradições liberal e marxista, a compreender o debate ideológico e político-prático que se desenha na contemporaneidade e a alcançar a apropriação desta discussão na realidade brasileira. Na verdade, o resultado supera em muito esta proposta. Ao longo da construção da autora, vai-se fortalecendo a perspectiva de que os diferentes projetos societários em luta são, na verdade, resultado de inúmeras mediações entre a construção teórica e as perspectivas prático-políticas.

Estamos, portanto, diante de dois termos, “sociedade civil” e “democracia”, que foram alcançando, sobretudo no século XX, um uso tão intenso e, ao mesmo tempo, tão diversificado que, contraditoriamente, gerou um esvaziamento de seus conteúdos, beirando a banalização. Em outras palavras, ficou “fácil” falar de democracia e

* Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Política e Ação do Serviço Social/FSS/UFJF.

sociedade civil, assim como de cidadania e justiça social, pois em torno destes termos todos os projetos *parecem* se unificar. A autora se coloca veementemente contrária a esta perspectiva, e nos convida a compreender que a dimensão cultural, compreendida aqui como capacidade historicamente construída de reflexão e crítica, constitui também uma esfera de enfrentamento e de disputa. Nesta “batalha de idéias”, como afirma¹ Carlos Nelson Coutinho, faz-se tarefa indispensável problematizar a compreensão de determinados termos.

Assim é que, na primeira parte do livro, Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em situar os dois termos no interior das tradições liberal e marxista, através da apropriação de diferentes autores. Quanto ao debate sobre democracia, vale a observação de que foi um termo tardiamente incorporado ao pensamento liberal como “algo positivo” e que, nesta tradição, foi usado, primeiramente, como objeto de crítica ao modelo soviético de socialismo, anunciado bravamente como antidemocrático. Como contraponto e para fundamentar uma ilusória dimensão democrática do capitalismo, esta mesma tradição foi historicamente construindo aquilo que BORON (1995) chamou de uma “concepção minimalista e facilista de democracia”, identificada como um jogo de regras claras e resultado incerto. Em suma, o liberalismo se caracterizou por esvaziar o conteúdo político do termo, através de sua formalização.

A partir desta constatação, a autora deixa claro que a compreensão da questão democrática na tradição e na contemporaneidade do pensamento liberal é verdadeiramente oposta àquela construída a partir das perspectivas marxiana e marxista. Nesta direção, democracia tem, verdadeiramente, um conteúdo substantivo, de igualdade e de soberania populares, problematizado primeiramente por Rousseau, passando por Hegel e alcançando as dimensões dialética e histórica no conjunto da obra de Marx e de seus principais continuadores. Na produção destes autores, percebe-se com clareza a crítica aos limites da “democracia política” permitida pelo capital e a certeza de que “as conquistas democráticas formais não devem ser meta final das lutas dos trabalhadores, mas estas devem ser impulsionadas até que se atinja a tomada do

1

poder político (...) e, com ele, a erradicação das relações capitalistas de produção” (DURIGUETTO, 2007, 50-51)

Este enfrentamento teórico e político-prático no interior das diferentes matrizes do pensamento social ganha contornos ainda mais ricos e questionadores na obra aqui apresentada quando se concretiza o “casamento perfeito” entre democracia e sociedade civil. A autora analisa enfaticamente a apropriação que o pensamento neoconservador faz desta segunda expressão. Assim, sociedade civil é um termo que vivencia um confronto vital. De um lado, uma compreensão dialético-crítica, construída sobretudo a partir de Antonio Gramsci, onde esta designa a esfera intermediária de organização e de enfrentamento das diferentes classes sociais em luta e de construção de diferentes projetos societários. De outro, a perspectiva neoliberal, onde esta esfera passa a configurar quase um “substituto do Estado”, identificado exclusivamente com um “terceiro setor” asséptico e a-político, construído sob a égide da (re)filantropização da questão social.

Este rico e instigante debate é levado adiante pela autora, que o atualiza e contextualiza diante dos enfrentamentos presentes no cenário contemporâneo da “ordem do capital”. Este é o foco de análise do segundo capítulo do livro, onde Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em demonstrar que, neste cenário, permanece e se intensifica uma contradição substancial entre as perspectivas (neo) liberal e marxista de democracia e de sociedade civil, reconfigurando o cenário de lutas sociais e de embates políticos da contemporaneidade. De forma clara e comprometida, a autora descortina as reais diferenças ocultas na “suavidade” de termos como “regras do jogo”, “consensos de direitos”, “esfera pública”, direito à diferença” e tantos outros que compõem o debate político em nossos dias.

Toda esta discussão empreendida pela autora fica ainda mais complexa quando a mesma, no terceiro capítulo, se aproxima da realidade brasileira, construindo a trajetória de apropriação histórica dos termos pelo debate político em nosso país e de fundamentação dos diferentes projetos societários que aqui se debateram. A dinâmica societária de um país de capitalismo periférico, como o Brasil, imprime novas determinações a este enfrentamento ideo-político e, dentre elas, a autora destaca as inúmeras experiências, por nós vivenciadas, do que Antonio Gramsci chamou de

“revolução passiva”, ou seja, de transformações “pelo alto”, levadas adiante pelas classes dominantes, com o objetivo de restaurar o poder esporadicamente ameaçado. Segundo DURIGUETTO, estas experiências enfraqueceram tanto as concepções quanto as práticas políticas de fortalecimento da sociedade civil e da democracia, construindo uma história de golpes, de cooptação e de primazia da figura do Estado.

Em vista deste contexto, construíram-se diferentes abordagens acerca da “construção democrática” no Brasil a partir dos interesses e projetos das classes subalternas. Dentre elas, a obra destaca as produções de COUTINHO, WEFFORT e CHAUI, autores que, a partir de diferentes inserções, contribuíram para introduzir, no debate nacional, a discussão da sociedade civil como esfera de representação e de defesa das demandas das classes populares. Mais uma vez, a autora não deixa de criar o contraponto e de problematizar que no discurso e na prática política dominantes no Brasil, construíram-se diferentes perspectivas acerca da democracia e da sociedade civil, alcançando, no final do século XX, a compreensão da sociedade civil como um mero apêndice do Estado, pronta a assumir aquilo que nem ele nem o mercado conseguem abarcar.

Neste sentido, acreditamos que este primeiro livro da autora já demonstra todo o seu inegociável compromisso com a tradição marxista, sobretudo com a herança gramsciana, presente em sua trajetória como docente, pesquisadora e, principalmente, militante. A autora consegue, ao concluir sua obra, marcar posição com relação a questões inalienáveis desta tradição. Reforça a perspectiva de que sociedade civil e democracia são termos que só se unificam, verdadeiramente, na perspectiva socialista, onde uma vontade coletiva das classes subalternas dará o tom de seu projeto emancipatório e revolucionário. Por isso, reafirma que a democracia, em todas as suas dimensões, é o caminho para a construção do socialismo, o que só se concretizará a partir da defesa da sociedade civil como campo de diferenças e de divergências, muito distante da perspectiva neutra e a-política pregada pelo neoliberalismo. Este é o espaço de disputas, de lutas políticas firmes e decisivas, onde o que está em questão é a conquista do poder, mas também, e sobretudo, da hegemonia. Assim, Maria Lúcia Duriguetho se une, neste livro, àqueles que, ao longo da história, nos convidam a construir um novo projeto para o Brasil, potencializando-nos a compreender, mas

também a transformar nossa realidade. Tal convite nos parece, mais uma vez, irrecusável.

Notas:

¹ Cf. GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² Boron, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) . **Pós-neoliberalismo**; as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.